

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.943 - RJ (2019/0342071-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BREDAS TRANSPORTES E TURISMO RIO - EIRELI**  
**ADVOGADO : LETICIA BADINI MARTINS HALFELD E OUTRO(S) - RJ170950**  
**AGRAVADO : LUIZ CARLOS GUARINO**  
**ADVOGADO : ALINE BASTOS CARVALHO DE OLIVEIRA - RJ115599**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO. PASSAGEIRO PROJETADO CONTRA O BALAUSTRADO AO LADO DO MOTORISTA, EM DECORRÊNCIA DE FREIADA BRUSCA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 37, §6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DO ART. 14, DO CDC, E DO ART. 734, DO CÓDIGO CIVIL. DANO E NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADOS. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A EXISTÊNCIA DE FRATURA DE CINCO COSTELAS, COM INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL E TEMPORÁRIA POR 02 (DOIS) MESES. LUCROS CESSANTES COM BASE NO VALOR EQUIVALENTE A UM SALÁRIO MÍNIMO MENSAL, DIANTE DA AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE RENDA SUPERIOR. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. PREJUÍZO IMATERIAL CONCERNENTE AO TEMPO DE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS COM LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS. REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL EM VIRTUDE DOS SOFRIMENTOS CAUSADOS À VÍTIMA. QUANTUM CORRETAMENTE FIXADO, DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta violação aos artigos 373, I, do Código de Processo Civil/2015, e 944 do Código Civil, objetivando a

minoração da quantia fixada na origem a título de indenização por danos morais.

Contrarrazões apresentadas.

O recurso especial não foi admitido na origem.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O recurso não merece prosperar.

Isso porque, ao solucionar a controvérsia, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, decidiu o seguinte:

Resultando comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e os danos suportados pela parte autora, que segundo o laudo consistiu em trauma torácico, contusão pulmonar esquerda e fratura múltipla de arcos costais esquerdos (cinco costelas), não havendo a ré/apelante se desincumbido de demonstrar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito, ônus que lhe cabia, a teor do art. 373, II, do CPC/2015, sequer apresentando quesitação.

[...]

Frise-se que a indenização pelo dano moral deve se aproximar de uma compensação capaz de amenizar os transtornos decorrentes do evento, uma vez que, o reparo total é impossível, ensejando por isso, o arbitramento do valor com a observação das peculiaridades do caso sob análise.

Assim é que devemos nos socorrer, em primeiro lugar, dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, no sentido de que o valor arbitrado seja compatível com a reprovabilidade da conduta do agente sem que, no entanto, represente enriquecimento sem causa para a parte autora. Por outro lado, sua quantificação deve obedecer a um duplo viés, ressarcitório com a finalidade compensatória, e preventivo-pedagógica, de molde a indicar ao agente violador que no futuro outra deve ser sua conduta, evitando-se, assim, sua prática reiterada.

[...]

Desse modo, verifica-se que a verba indenizatória arbitrada em primeiro grau, no valor de R\$ 15.000,00, mostrou-se suficiente, considerando a lesão sofrida.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessa forma, a revisão dessas premissas é providência que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial*", visto que o valor fixado a título reparatório pelos danos morais sofridos pela parte recorrida no caso concreto não refogem à razoabilidade nem à proporcionalidade, não sendo o caso de revisão em sede de recurso especial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, diante de sua fixação no patamar máximo pelas instâncias de origem.

Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora